

A. I. N° - 269610.0004/04-4
AUTUADO - IRMÃOS VILAS BOAS & CIA. LTDA.
AUTUANTE - GILSON GILENO DE SÁ OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
INTERNET - 19.11.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0448-03/04

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. Infração caracterizada. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MERCADORIA ADQUIRIDA COM O PAGAMENTO ANTECIPADO DO IMPOSTO. Infração parcialmente comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/03/2004, exige imposto de R\$865,43 acrescido de multa de 60% e além de multa de caráter acessório de R\$238,26 pelas seguintes infrações:

01 – Declarou incorretamente dados nas informações econômicas-fiscais apresentadas através de DMA sendo aplicado multa de R\$119,13.

02 – Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente às mercadorias adquiridas com pagamento do imposto antecipado por substituição tributária com valor de R\$865,43.

O autuado, na defesa apresentada (fls. 63 a 70) reconhece a infração 01 em sua totalidade e os valores de R\$2,33, relativo a Nota Fiscal n° 4575 de janeiro de 1999 e R\$8,16 relativo a Nota Fiscal n° 1657 de novembro de 1999 (infração 02).

Alega que o autuante incluiu no demonstrativo da antecipação tributária os produtos “salgadinhos, mini pizza, pizza, massa pastel, lasanha fresca, talharim e massa” que só foram enquadrados no regime de substituição tributária a partir dos Decretos n°s 7.824 e 7.947 de 17/07/00 e 02/05/01 respectivamente.

Transcreve parte do art. 353 do RICMS/BA para comprovar o alegado, ressaltando o item 29 e as classificações fiscais NCM das mercadorias. Reconhece que algumas notas fiscais não indicam a NCM o que dificulta sua identificação. Diz que solicitou de alguns fabricantes os códigos NCM, conforme relacionados nas fls. 05 e 06 acompanhado de suas respectivas descrições, inclusive como descrito na Tabela de Incidência do IPI (TIPI).

Afirma que o autuante incluiu nos demonstrativos diversas mercadorias que nunca foram enquadradas no regime de substituição tributária: geléia, requeijão, queijo, e mesmo que estivessem no regime de substituição tributária tais mercadorias foram comercializadas com o tratamento do regime normal.

Diz que anexa ao processo o relatório do ECF, o qual identifica o tratamento tributário dado aos produtos, bem como a título de exemplo as fitas-detelhe.

No que se refere à utilização de crédito da Nota Fiscal n° 6234 informa que a mesma foi lançada em 14/09/04 à fl. 07 do livro REM sem crédito fiscal, tendo o autuante se equivocado.

Finaliza requerendo a improcedência da autuação com a homologação dos valores recolhidos.

O autuante na informação fiscal prestada (fls. 128 e 129) inicialmente discorre sobre as alegações apresentadas na defesa e afirma que analisou as ponderações apresentadas pelo autuado e conclui que realmente cometeu os erros apontados na defesa e concorda que a autuação seja julgada parcialmente procedente com acatamento dos itens não reconhecidos.

VOTO

O Auto de Infração em pauta trata de duas infrações. A primeira relativa à multa aplicada de 06 (seis) UPF por ter o autuado declarado incorretamente na DMA os dados relativos aos meses de fevereiro e março de 1999, infração esta reconhecida pelo autuado. Verifico que os documentos acostados nas fls. 08 e 09 comprovam a infração e, portanto, considero devida a multa indicada, com a homologação do valor recolhido.

Quanto à infração 02, a empresa alegou que o autuante incluiu no demonstrativo do ICMS diversas mercadorias que não são enquadradas no regime de substituição tributária, fato admitido pelo autuante. Constatado pela análise do demonstrativo elaborado pelo autuante à fl. 07 e as cópias das notas fiscais apresentadas pelo autuado às fls. 15 a 55, que diversos produtos no período considerado (1999 e 2000) não estavam elencados na relação de produtos enquadrados no regime de substituição tributária.

Dessa forma, julgo parcialmente procedente a infração 02 e acato o demonstrativo apresentado pelo autuado à fl. 64 com o valor devido de R\$10,49 nesta infração, com a homologação do valor já recolhido.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº 269610.0004/04-4, lavrado contra **IRMÃOS VILAS BOAS & CIA. LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$10,49**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60% previstas no art. 42, VII, “a” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos moratórios, além da multa de **6 UPFs/BA**, prevista no art. 42, XVIII, “a” da citada Lei, homologando-se os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de novembro de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR